

“Exposição Criança na Mídia: Tempos de Discriminação e Direitos Humanos”: a Fotografia como instrumento Educomunicacional¹

Alissom Roberto BRUM²
Saraí Patrícia SCHMIDT³
Vitória Brito SANTOS⁴
Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS

RESUMO

O trabalho articula as discussões que cingem as noções de mídia, educação e Direitos Humanos, tendo como foco analisar o processo de construção coletiva da exposição fotográfica Criança na Mídia: Tempos de Discriminação e Direitos Humanos, ensaio alusivo aos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Essa é uma produção idealizada pelo Grupo Criança na Mídia: Núcleo de Estudos em Comunicação, Educação e Cultura da Universidade Feevale, na qual buscou-se, por meio da linguagem fotográfica, sensibilizar a sociedade para o compromisso coletivo, pela busca da garantia e do entendimento sobre a noção dos Direitos Humanos, assim como trazer luz à discussão de que falar de Direitos Humanos é também falar de infância. Esta exposição é uma forma da universidade convocar a sociedade para reflexão.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos; Fotografia; Comunicação; Educação.

INTRODUÇÃO

“Agora compara com a seguinte situação o estado de nossa alma relativamente à educação ou à falta desta. Imagina uma caverna subterrânea provida de vasta entrada aberta para a luz e que se estende ao largo de toda a caverna, e uns homens que lá dentro se acham desde meninos, amarrados pelas pernas e pelo pescoço de tal maneira que tenham de permanecer imóveis e olhar tão-só para a frente, pois as ligaduras não lhes permitem voltar a cabeça [...]” (Platão 428-348 a.C.)

A Alegoria da Caverna de Platão⁵, embora seja um conto oriundo de outros tempos, não tem sua relevância datada ou circunscrita a uma determinada realidade. Mais do que nunca, na atual conjuntura, este pensamento filosófico faz ecoar reflexões tão

¹ Trabalho apresentado no IJ06 – Interfaces Comunicacionais – XVI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação cursando o 8º semestre do Curso de Publicidade da Universidade Feevale, e-mail: alissombrum@feevale.br.

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da Universidade Feevale, e-mail: saraisachmidt@feevale.br

⁴ Coorientadora do trabalho. Doutoranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale, e-mail: vita.saochico@gmail.com

⁵ ANTISERI, D; REALE, G. **História da Filosofia**: filosofia pagã antiga. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Editora Paulus, 2003. v. 1.

potentes e significativas quanto em seus primórdios. Platão, de forma didática e reflexiva, nos apresenta uma história em que homens, uma vez presos sobre o fundo de uma caverna, sem terem a possibilidade de locomoverem-se ou estabelecerem outro enfoque para o olhar, aprendem a ver a vida apenas em uma direção, percebendo e compreendendo a realidade por meio de sombras que se projetam sobre o interior da caverna. O autor, ao explicar as premissas do enredo, expande tal fato fictício para uma condição da dita “vida real”, evidenciando uma certa cegueira ou clausura existencial.

Embora não estejamos presos sobre o fundo de uma caverna, como nos refere a alegoria de Platão, parece, por vezes, que desconhecemos a complexidade e a fragilidade da vida humana, fato que pode ser constatado nas cicatrizes deixadas pelo homem ao longo de gerações. Inúmeros são os sujeitos que desconhecem sua própria condição humana, amarrados pela conformidade de quem não vislumbra a possibilidade de lutar por tempos melhores. “Somos, portanto, condenados a uma condição semelhante ao plâncton movido por marés cuja origem, sincronização, direção e intensidade são desconhecidas.” (BAUMAN, 2013, p. 130).

É impreterível, em tempos de tantas incertezas e adversidades, a busca coletiva por uma consciência inquieta, instituída por meio de um olhar que procura, constantemente, ressignificar a realidade e a própria existência. Neste sentido, é necessário buscar frestas e vislumbrar caminhos para além da caverna. De fato, a vida é fonte de muitos sentidos, o que permite muitas outras formas de enquadrar e compor o real.

Portanto, é necessário oportunizar instrumentos e espaços que fomentem e viabilizem a formação deste novo olhar para a vida e seus contextos. Sendo assim, a exposição fotográfica *Criança na Mídia: Tempos de Discriminação e Direitos Humanos* surge como forma de instigar uma visão atenta para os problemas que permeiam a vida social, contribuindo para a compreensão e reflexão dos Direitos Humanos, pois eles podem ser a chave para a liberdade e para a conquista de uma vida digna.

A exposição fotográfica é uma produção idealizada pelo grupo de pesquisa *Criança na Mídia: Núcleo de Estudos em Comunicação, Educação e Cultura*⁶. É um

⁶ O Núcleo de Estudos Criança na Mídia tem como proposta compartilhar discussões sobre o espaço que a criança tem ocupado nos mais variados artefatos midiáticos como nos campos do jornalismo, publicidade e entretenimento. Esta estreita relação mídia e criança tem desafiado a sociedade mobilizando profissionais e pesquisadores de diferentes áreas. Pensando nessas e em outras questões é que surge este núcleo de estudos na Universidade Feevale tendo como

trabalho que resulta de um esforço coletivo, em que diferentes pesquisadores/as se uniram para refletir e formular uma proposta de ação que visou o tema central da exposição, os Direitos Humanos. Ademais, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) (ONU, 1948) vem sendo matéria de discussão nos diversos projetos executados pelo grupo, tornando-se, atualmente, uma linha condutora para se pensar o contexto contemporâneo, uma vez que os inúmeros problemas que cercam a realidade social estão, de alguma forma, atingindo a dignidade da vida humana e, sendo assim, ferindo aquilo que foi acordado na Declaração.

A ideação da exposição fotográfica ocorreu de forma conjunta com o processo de organização de um evento realizado a cada dois anos pelo grupo, o Seminário Criança na Mídia. Este é um acontecimento que ocorre desde 2011, sendo muito caro ao núcleo, pois prevê o encontro entre pesquisa, ensino e extensão. A proposta é promover um diálogo, a partir de um tema específico de discussão, que vá além dos muros da universidade, integrando, deste modo, não apenas a comunidade acadêmica, mas as instituições escolares e outras entidades e indivíduos que se sintam tocados com a proposta de reflexão⁷ e estudo.

O Seminário acontece sempre no mês de outubro, período em que se comemora o Dia das Crianças, uma vez que o objetivo é ampliar o debate entre pesquisadores/as, profissionais e acadêmicos/as, bem como professores/as da educação básica sobre a complexa relação entre mídia e criança. Além do mais, visa gerar a produção de conhecimentos interdisciplinar entre os diferentes segmentos da sociedade envolvidos com a cultura infantil – profissionais da Comunicação, Educação, Direito, Psicologia, Marketing, Sociologia, Games. (CRIANÇA NA MÍDIA, 2018⁸).

A decisão de promover a DUDH como temática do evento levou o grupo a indagar uma série de questões e decisões, que vão desde a escolha dos assuntos a serem discutidos, a seleção dos palestrantes e outras tantas demandas que envolvem a estruturação daquele dia. Contudo, uma definição essencial para êxito do evento era sua divulgação. Todo seminário advém de uma campanha que busca levar aos diferentes públicos um convite

objetivo promover a reflexão a respeito do novo cenário que surge para que tenhamos uma comunicação responsável com a criança. (CRIANÇA NA MÍDIA 2018).

⁷ Reflexão a respeito do novo cenário que surge para que tenhamos uma comunicação responsável com a criança. (CRIANÇA NA MÍDIA 2018).

⁸ Disponível em: <https://criancanamidia.com.br/seminario/>. Acesso em: 1 set. 2020.

para participação no evento. Este chamado consiste em um conjunto de materiais visuais que não só buscam informar sobre o Seminário, mas sensibilizar as pessoas para sua proposta de reflexão.

Neste sentido, a exposição fotográfica surgiu como uma das frentes desta ação comunicacional. O propósito que envolvia a produção destas fotografias visava que estas imagens fossem muito mais que a ilustração de materiais publicitários, mas que se tornassem uma ferramenta de intervenção e um instrumento de conhecimento, convidando diferentes pessoas, em seus específicos contextos, a refletirem sobre os Direitos Humanos no tocante de suas particularidades.

Imagem 1 – Quadros da Exposição



Fonte: Criança na Mídia (2018).

Para tanto, a criação da exposição envolveu estudantes das redes estadual, municipal e privada do município de Novo Hamburgo, que representaram os 30 artigos da Declaração em uma sessão de fotos no estúdio fotográfico da Universidade Feevale, conforme imagem 1. Como resultado, a exposição percorreu espaços públicos e privados da região metropolitana, além de uma versão virtual para ampliar o acesso às imagens, convocando, assim, a sociedade para compromisso do entendimento e da aplicabilidade de tais direitos.

COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E IMAGENS: CAMINHOS PARA SE PENSAR OS DIREITOS HUMANOS DENTRO DA ESCOLA

“A educação em direitos humanos é, simultaneamente, meio e fim. É processo de disseminação de informação para construção de uma cultura, que pretende ser universal, em que as atitudes fortalecem o respeito à dignidade da pessoa humana, promovendo compreensão, tolerância, e igualdade de todos e todas” (MAIA, 2007, p. 99).

Mais do que ter os Direitos Humanos declarados e oficializados em um documento, é preciso haver reflexão e estudo sobre suas propostas. Seus artigos não devem ser apenas um ideal, mas uma prática diária de exercício da cidadania e compreensão da realidade. Ademais, se faz cada vez mais necessário, principalmente em nossos tempos, uma redescoberta do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, sendo urgente a busca por alternativas que levem essa discussão e reflexão para a sociedade.

Diversos documentos de proteção internacional, tais como pactos, resoluções e a própria DUDH trazem como objetivos o ensino de Direitos Humanos, principalmente por reconhecerem o direito de toda pessoa humana à educação. Para Zenaide (2007), o direito à educação é uma forma de fortalecimento dos indivíduos para que atuem e ajam na luta pela democracia e por uma vida “digna”. Contudo, muito mais que uma prática datada a um determinado período, os diálogos e ações voltados à conscientização destes direitos deveriam ser contínuos e ininterruptos.

Maia (2007), por sua vez, reforça a relevância de outras entidades sociais na realização de ações em prol dos Direitos Humanos, como forma de reflexão e conhecimento. Dentre as citadas pelo autor, destaca-se o papel dos meios de comunicação e dos locais de ensino, com referência a escolas e universidades. Segundo ele, estas organizações são convidadas a produzir e executar “programas de treinamento e desenvolvimento de materiais de trabalho, quanto para incorporar, nos currículos próprios, em todos os níveis, os propósitos e os objetivos de uma educação em direitos humanos”. (MAIA, 2007, p. 86).

Ademais, é necessário pensar em processos operantes, interativos e que explorem diferentes formas de informar e compartilhar conhecimento. Ao abordar essas discussões na escola, é necessário superar as lógicas tradicionais de ensino e aprendizagem, caracterizadas pelo aspecto “expositivo”, propondo a construção do conhecimento através

da confecção de instrumentos que favoreçam o diálogo, a troca de experiências e pontos de vistas, relacionando “o saber sistematizado sobre Direitos Humanos e o saber socialmente produzido”. (CANDAU, 2007, p. 405). Candau (2007) conclui afirmando que estas propostas precisam ter como parâmetro o contexto das diferentes existências, além de observar as “diferentes dimensões dos processos educativos e do cotidiano escolar, favorecendo que a cultura dos Direitos Humanos penetre em todo o processo educativo”. (CANDAU, 2007, p. 405).

Independente das dinâmicas propostas e dos materiais utilizados, o intuito sempre será a busca pela ressignificação dos entendimentos, das condutas, dos hábitos, dos procedimentos institucionais e das ações diárias dos diversos sujeitos e das organizações educacionais. Além do mais, é indispensável observar as singularidades do local de abordagem, uma vez que públicos diferentes, em contextos próprios, pedem óticas e procedimentos adequados. Contudo, “o enfoque metodológico deve sempre privilegiar estratégias ativas que estimulem processos que articulem teoria e prática, elementos cognitivos, afetivos e envolvimento em práticas sociais concretas”. (CANDAU, 2007, p. 405).

Utilizar as imagens como instrumento de conhecimento não é algo exclusivo da contemporaneidade. Essa prática de buscar entender o mundo a partir de elementos visuais é uma técnica que pode ser observada desde a pré-história a partir de pinturas rupestres, desenhos e gravuras feitas pelo homem nômade em cavernas e superfícies rochosas. Os pesquisadores Silva, Alves e Costa (2007, p. 5) constroem este entendimento observando que

a imagem se faz presente em toda a civilização, da pré-história aos dias atuais, servindo como veículo de comunicação, informação, linguagem e registro. Todavia, evidenciam-se também as contribuições e influências da mesma, na transformação da sociedade, no contexto social, econômico, político e cultural, bem como toda a sua representatividade nos diversos campos do conhecimento.

Durante muito tempo as formas de interpretar o mundo, de compreender o outro e a si mesmo, de perceber a realidade e entender as dinâmicas sociais foram noções formuladas a partir das ligações que sujeitos construía entre si e com seu local de existência. A partir de evoluções culturais, sociais e tecnológicas, aos poucos vimos surgir um mundo mediatizado onde as concepções a respeito da vida individual e coletiva

deixaram de ser, em parte, formulações próprias, tornando-se uma ideia recebida, um consenso adquirido. (GOMES, 2015, p. 240). Além do mais, “O cinema, a televisão e atualmente o computador proporcionaram ao universo da imagem dimensões extraordinárias em relação ao desenvolvimento experimentado em muitos outros campos do conhecimento humano”. (SILVA; ALVES; COSTA, 2007, p. 4).

É notório que a sociedade contemporânea vive o apogeu das imagens, e somos interpelados rotineiramente por mensagens visuais que nos imprimem condicionamentos e saberes. Somos uma geração que vale-se deliberadamente da imagem como produto midiático e cultural, reconhecendo seu poder de persuasão e convencimento. Mediante isto, criam-se, cada vez mais, aparatos tecnológicos que predominam o uso singular e potente desta forma de comunicar e envolver os sujeitos. Este aglomerado de construções imagéticas “possibilitou um crescente grau de conscientização e de esclarecimento que veio a influenciar os costumes, o comportamento e o caráter social do homem”. (SILVA; ALVES; COSTA, 2007, p. 3).

Para Gomes (2015, p. 240), as visualidades propagadas pelos diferentes artefatos midiáticos e tecnológicos constroem, rotineiramente, representações da cotidianidade e de seus atores sociais. Neste sentido, pode-se dizer que “foi a presença da imprensa escrita, do rádio e da televisão que causou uma nova configuração nos conceitos de ensino-aprendizagem, de educação e de conhecimento”. (FREIRE; CARVALHO, 2012, p. 3). Além do mais, o conteúdo visual compartilhado com as audiências vem em ritmo crescente e proporções cada vez maiores, o que tende a conduzir a uma formulação e manifestação de “um novo conceito de mundo” (GOMES, 2015, p. 240), ou, nas palavras de Freire e Carvalho (2012, p. 11), “janelas para o mundo, ou seja, condições de acompanhar a dinâmica social tanto próxima como distante”.

A mídia, neste sentido, sendo um palco de múltiplas representações da vida, nos ensina a ver o mundo sob a perspectiva de suas dramatizações. Aos poucos, em doses homeopáticas diárias de consumo de diferentes artefatos midiáticos, vamos nos tornando parte destas construções. Para Hall (1997, p. 3), a mídia “tem uma função na formação, na constituição das coisas que ela reflete. Não que há outro universo ‘lá fora’, que exista fora do alcance dos discursos de representação”. Em outras palavras, aprendemos com ela e colocamos em prática suas lições, pois “o que é chamado de real sempre foi uma

imagem: as mídias apenas tornam evidente que a reconstituição da realidade é uma produção simbólica de homens históricos”. (FREIRE; CARVALHO, 2012, p. 5).

Observa-se que os meios de comunicação e as práticas pedagógicas, mediante suas capacidades de promover a construção de um olhar reflexivo e crítico, são tidos como fundamentais na edificação social e no progresso da humanidade. Deste modo, a comunicação e a educação, uma vez que se articulam, são capazes de oportunizar avanços no “campo educacional e para sociedade”. (FREIRE; CARVALHO, 2012, p. 1). Não há dúvidas de que a mídia, em seus diferentes formatos, intervém no modo como os sujeitos se entendem e percebem suas realidades. Assim, podemos deduzir que da união entre pedagogia e mídia podem-se erigir sujeitos mais argutos e conhecedores de seus direitos e deveres. (FREIRE; CARVALHO, 2012).

É nesta perspectiva que Freire e Carvalho (2012, p. 1) observam “a convergência das duas áreas, educação e comunicação, criando um novo campo de saber, a educomunicação”, que segundo elas “busca um objetivo comum que é a construção da cidadania”. (FREIRE; CARVALHO, 2012, p. 1). Desta união surge uma ferramenta que tem a intenção, através da socialização da informação, de promover a construção de um conhecimento diferenciado e auxiliar na promoção de um olhar mais observador e atento às condições da realidade. Ademais, a educomunicação procura desenvolver “o estímulo ao senso crítico, para a conscientização, sensibilização e definição de novos pilares sociais que apoiem a formação de uma sociedade mais cidadã”. (FREIRE; CARVALHO, 2012, p. 1-2).

Estas noções reforçam a reflexão sobre a potência dos meios de comunicação na constituição das realidades. Ademais, as informações visuais estão atreladas aos condicionamentos dos suportes que lhes integram, configurando um conjunto de prescrições e regras que determinam a esteticidade e o formato dos textos visuais, bem como um modo específico de assimilação da mensagem. De fato, as representações midiáticas tecem um profícuo campo do saber e “possibilitam ao cidadão aquisição de informações que melhoram seu conhecimento do ambiente em que vive, tornando-o mais participativo da sociedade”. (FREIRE; CARVALHO, 2012, p. 6).

Papalia e Feldman (2013) analisam as ações normativas⁹ sobre o processo do desenvolvimento humano. Segundo as autoras, no contexto atual, com a presença assídua da mídia, as crianças, cada vez mais cedo, recebem intervenções regulamentadoras em suas formações através dos meios comunicacionais em seus diferentes artefatos e suportes tecnológicos.

Neste sentido, mais do que ensinar a ler e a escrever, além de imprimir os conteúdos das diferentes disciplinas, é necessário e urgente que a escola oportunize espaços que orientem para uso adequado das mídias e das tecnologias, propiciando a mediação e reflexão dos conteúdos adquiridos fora do perímetro escolar. Portanto, “Trata-se [...] de considerar a possibilidade de reelaboração daquilo que é diariamente fornecido aos infantes” (SOUSA, 2016, p. 179), ou seja, “a formação do conhecimento mediado pelas tecnologias, no sentido de compreendê-las para transformá-las”. (RADDATZ, 2015, p. 395).

A construção de dinâmicas que potencializam a reflexão sobre os Direitos Humanos dentro da escola, à medida que preveem atividades que se estendam para além de uma assimilação teórica sobre os princípios que regem este pacto, tendo em vista as especificidades metodológicas aqui descritas, talvez resida justamente em tornar a pedagogia midiática (STEINBERG; KINCHELOE, 2001) matéria de discussão dentro da sala de aula, uma vez que os diferentes aparatos midiáticos oportunizam uma reflexão da sociedade por meio das representações audiovisuais que produzem do cotidiano e de seus sujeitos. Ao confrontar a realidade veiculada a partir dos ideais que norteiam a DUDH, será possível construir não apenas uma compreensão sobre o significado universal destes direitos, mas o entendimento da condição humana com um enfoque próximo e particular.

A EXPOSIÇÃO EM CIRCULAÇÃO

Faz-se necessário, independentemente do período e das circunstâncias, que os atores sociais sejam envoltos em uma comunicação midiática que favoreça a construção do progresso humano. Logo, a fotografia, mediante sua habilidade em espelhar o mundo

⁹ “Característica de um evento que ocorre de modo semelhante para a maioria das pessoas de um grupo.” (PAPALIA; FELDMAN, 2013, p. 48).

com certa fidelidade, torna-se uma ferramenta para a reflexão da realidade, sensibilizando seu leitor para enxergar a vida sob novas perspectivas.

Portanto, a exposição, à medida que percorreu locais distintos, provocou diferentes formas de olhar e interpretar o grafismo visual que a constitui, permitindo aos leitores atravessarem os meandros da linguagem fotográfica na busca por estabelecerem encontros entre o visualmente exposto e o concreto vivido, ou seja, relações que os indivíduos poderiam estabelecer por meio daquilo que as fotografias seriam capazes de fazer memorar, isto é, trazer os Direitos Humanos para uma condição real de vida.

Certamente as escolas foram o ambiente mais emblemático e significativo que a exposição visitou, posto que este território detém o compromisso com a compreensão de tais direitos, orientando para a cidadania por meio de atividades e instrumentos que estimulem a curiosidade e a reflexão. Além do mais, as escolas apoiaram a execução da produção, tendo seus/suas alunos/as como protagonistas na representação dos direitos que constituem a Declaração. Sendo assim, organizou-se para que cada instituição ficasse com a exposição por no mínimo uma semana, sendo ela responsável por eleger um ponto fixo para sua instalação e por planejar atividades que envolvessem o uso das fotografias.

Neste sentido, na busca por entender estas possíveis conexões e também perceber o envolvimento e o interesse instigado pelas fotografias em relação à DUDH, optou-se por incrementar um questionário de caráter quanti/qualitativo (PRODANOV; FREITAS, 2009) direcionado aos docentes de uma das escolas que a exposição frequentou – a E.M.E.F. Prof. Adolfina J. M. Diefenthäler, instituição de ensino localizada no bairro São José da cidade de Novo Hamburgo/RS. Ressalta-se que a intenção aqui não é realizar uma análise desta apuração, tendo em vista que este levantamento cerca uma proposta de continuação do estudo. Contudo, julgou-se pertinente trazer algumas falas e impressões para a conclusão da presente explanação, a fim de elucidar os resultados da intervenção da exposição no ambiente escolar. Na Adolfina Diefenthäler, por exemplo, foi intitulada de Parede de Direitos Humanos¹⁰ as ações e dinâmicas que envolveram a presença da exposição. Conforme relatado por uma das professoras:

Ao passar pelo corredor, vi os alunos parando para ler, justamente porque viam rostos conhecidos, no caso, alunos da escola. Inclusive a menina da foto é minha

¹⁰ A escola optou por fazer a impressão das imagens que constituem a exposição a partir dos arquivos da versão virtual, uma vez que haviam planejado uma atividade para um período específico do ano, momento em que a exposição física (quadros e cavaletes) estava destinada a outro local.

vizinha e acho que no dia da apresentação, ou em algum momento, o projeto foi apresentado para a família, lembro da movimentação deles e da felicidade da menina. (informação verbal¹¹).

Ver-se representado por um instrumento midiático, neste caso a fotografia, é algo que rompe com o consumo habitual dos veículos de massa, nos quais as singularidades, muitas vezes, são homogeneizadas de forma a construir um sentido único na compreensão das existências e dos seus locais de origem. Portanto, dado que a Escola Adolfina e seus integrantes pertencem a um bairro periférico, estando demarcado no mapa de risco da cidade e manifestando vulnerabilidades nas condições de vida, é comum os indivíduos consumirem um entendimento negativo sobre sua realidade, uma vez que o pouco espaço que lhes é atribuído nos meios comunicacionais se além, por vezes, mais às problemáticas do local do que nas qualidades e características únicas que o constituem.

Ao atentar para os comentários dos/as alunos/as na apreciação da exposição é possível observar confluências com as alegações de Bauman (1999, p. 55) quando fala sobre as “intermináveis reportagens sobre perigo que aparecem nos veículos de comunicação de massa”, dado que as crianças relacionaram as imagens a “cartazes de procura-se”. Esta analogia ocorreu na Escola Adolfina, onde alguns/mas alunos/as, ainda sem saberem sobre a parede de Direitos Humanos, correram assustados até a professora questionando-a sobre a quantidade de crianças que estavam desaparecidas no bairro, ou seja, associaram a expressão visual das imagens ao sequestro de menores. Estas conexões envolvem uma leitura estética, em que a construção sógnica das fotografias retoma uma memória imagética nos estudantes. Contudo, sabe-se, em muitos casos, que a violência não encontra-se apenas nas telas, mas é uma realidade sentida e vivenciada no dia a dia pelas crianças.

A comunidade da Adolfina é bastante heterogênea; percebo estudantes com situação financeira melhor que a minha ao mesmo tempo que outros não têm banheiro em casa. Hoje (13 de maio de 2020) acordei com a notícia de que o pai de um dos nossos alunos havia sido assassinado com dois tiros à beira da ERS 239 enquanto ia para o trabalho. Lendo a reportagem, vi que tinha passagem pela polícia. Agradei por estarmos sem aula, em isolamento domiciliar, pois assim ele não terá que sofrer com os comentários acerca do assassinato do pai. Em resumo, na prática, os nossos

¹¹ As fontes serão preservadas, sendo identificadas apenas como *professora* em todas as suas aparições. Vale destacar, ainda, que tais citações são oriundas de informações verbais, assim sinalizadas e grafadas da forma como as normas da ABNT sugerem (em itálico e com recuo de 2cm e letra menor, quando maiores de 3 linhas).

direitos estão atrelados, principalmente, à classe social e ao lugar onde moramos. (Professora, informação verbal).

Deste modo, ao tornarmos alguns alunos da escola, sendo eles também moradores do bairro, protagonistas de uma exposição sobre os Direitos Humanos expandiu-se uma discussão, a princípio, de sala de aula para o centro da vida em comunidade. Em outras palavras, à medida que familiares e amigos buscaram prestigiar seu conhecido nas fotografias foram, por conseguinte, convidados a refletirem sobre o artigo da Declaração que a criança estava a representar, estabelecendo seu próprio diálogo com a imagem. Conforme destaca outra professora respondente da pesquisa: *“foi importante a representatividade de alguns dos nossos alunos se verem nas fotografias, foi uma forma de chamar atenção para o tema”*.

Imagem 3 – Parede de Direitos Humanos



Fonte: Criança na Mídia (2019).

Dar visibilidade para aqueles que são, rotineiramente, não vistos, percebendo os indivíduos em suas particularidades e lutas diárias, é uma forma de reconhecer que “somos todos mais iguais do que gostaríamos. E, ao mesmo tempo, cada um é único, um padrão que não se repete no universo, especialíssimo”. (BRUM, 2006, p. 195). A jornalista Eliane Brum, com um olhar apurado e um texto sensível, detecta os invisíveis da vida social, exibindo, por meio de um retrato fotográfico e um relato textual, quem são

estas pessoas e quais enredos da existência estão a protagonizar. Conforme Brum (2006, p. 187), “sempre gostei de histórias pequenas. Das que se repetem, das que pertencem à gente comum. Das desimportantes. O oposto, portanto, do jornalismo clássico”. Para Eliane, “tudo é um jeito de olhar”, basta buscar óticas diferentes na compreensão do mundo, do outro e de nós mesmos, afinal, como bem definiu a Adolfina, “a vida é da cor que você pinta¹²”. Neste sentido, a atividade planejada pela Escola, a partir da exposição, revelou um corredor diverso em direitos e humanos, entoando a realidade local sobre outro ponto de vista.

A forma da abordagem dos Direitos Humanos, colocando crianças para destacar estes artigos, ressignifica os Direitos Humanos, pois mostra que a criança é primórdio de todo esse processo de conhecer seus direitos, e que elas são o futuro do nosso país. Subentende-se que uma criança sabendo desde pequena quais são seus direitos (só para salientar, não podemos esquecer dos deveres) e a escola trabalhando diretamente isto de uma maneira lúdica estará preparando futuros cidadãos sabedores de seus Direitos, e que também poderão ser no decorrer das suas vidas multiplicadores, seres ativos na sociedade. (Professora, informação verbal).

No questionário, os professores foram perguntados sobre qual artigo destacariam na exposição. Os docentes, em sua maioria, afirmaram que todos são igualmente relevantes para um mundo democrático, mas reiteraram a importância, em especial, do artigo 1, que refere-se à igualdade e à liberdade humana, retomando a autonomia e o reconhecimento como uma condição essencial para a conquista de uma vida digna.

Este entendimento nos leva novamente a refletir sobre a Alegoria da Caverna de Platão (428-348 a.C.), reflexão inicial deste trabalho, pois uma sociedade que não exerce o compromisso de educar para os direitos constitui-se como uma caverna, retendo seu povo no limbo da invisibilidade, da reclusão e da ignorância. Por sua vez, “a exposição chama nossa atenção e nos ajuda a refletir sobre inúmeros problemas em relação à garantia desses direitos”. (Professora, informação verbal).

Em suma, com esta produção pretendeu-se sensibilizar a sociedade para a responsabilidade coletiva pela busca da garantia e do entendimento sobre a noção dos Direitos Humanos, assim como trazer à luz a discussão de que falar de Direitos Humanos é também falar de infância. A exposição fotográfica *Criança na Mídia: tempos de*

¹² Título imputado pela escola, aparecendo juntamente com a exposição das imagens. A ideia foi fazer uma relação com a estética das fotografias, pois utilizou-se o preto e branco como linguagem.

discriminação e direitos humanos é uma forma da universidade convocar a sociedade para essa luta e reflexão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD)¹³, sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violação de Direitos Humanos e violência, um levantamento feito em 11 capitais de estado, totalizando 4025 entrevistas no ano de 2010, mais da metade da amostra não sabe da existência da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo que o desconhecimento é maior entre os jovens menores ou iguais a 19 anos, totalizando 66,5%.

Neste sentido, observa-se que a educação para os Direitos Humanos é composta de ações que não devem ser limitadas às dinâmicas escolares, caracterizando-se como mais um conteúdo histórico a ser assimilado. São práticas que precisam avançar sobre todas as instituições sociais, sobre as mais variadas realidades e culturas. Logo, é um ato dirigido a todo cidadão, como forma de esclarecimento sobre seus direitos e deveres.

As discussões conduzidas nesse artigo servem para contextualizar, em uma perspectiva teórica, os pressupostos que nos levaram a idealizar a exposição fotográfica, levando em conta sua temática e abordagem. Ademais, buscamos fazer referências a bibliografias que buscam pensar a educação, mídia e imagens, áreas aparentemente individualizadas, em uma perspectiva integrada, de modo que, na união de suas expertises, sirvam para pensar em um processo novo de construções do conhecimento e de educação para os Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As Consequências Humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **A Cultura No Mundo Líquido Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Ed. Arquipélago Editorial, 2006.

¹³ Disponível em: <https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPCEAP/AtitudesNormasCulturaisValores.pdf>. Acesso em: 11 out. 2020.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: desafios atuais. *In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 399-412.

FREIRE, Maria Teresa Marins; CARVALHO, Denise Werneck. Educomunicação: construção social e desenvolvimento humano – um relato de pesquisa. *In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 35., 2012, Caxambu. Anais [...]*. Caxambu-MG: ANPED, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em: 2 out. 2020.

GOMES, Eunice Simões Lins. A imagem como esfera de informação e de culturas visuais. **Culturas Midiáticas**, João Pessoa, Ano 8, n. 15, p. 238-251, jul./dez. 2015.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, jul./dez. 1997.

MAIA, Luciano Mariz. Educação em direitos humanos e tratados internacionais de direitos humanos. *In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 85-102.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

RADDATZ, Vera Lucia Spacil. Tecnologias na educação: mediação para os Direitos Humanos, *In: LAGO, Claudia; VIANA, Claudemir Edson (Org.). Educomunicação: Caminhos da Sociedade Midiática pelos Direitos Humanos*. São Paulo: Abpeducom/Nce-Usp/Universidade Anhembi Morumbi, 2015. p. 393-402.

SARLO, Beatriz. **Cenas da Vida Pós-Moderna**: Intelectuais, Arte e Videocultura na Argentina. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

SOUSA, Nadia Jane de. Infância e Mídia: Desafios para a Educação na Contemporaneidade. **Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 9, n. 1, p. 173-181, jan./abr. 2016.

SILVA, Marcelo João A. da; ALVES, Maria da Conceição A.; COSTA, Ivoneide de França. Imagem: Uma Abordagem Histórica. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENGENHARIA GRÁFICA NAS ARTES E NO DESENHO – GRAPHICA, 2007, Curitiba. Desafio da era digital: ensino e tecnologia*. Curitiba: Departamento de Desenho UFPR, 2007. p. 1-6.

STEINBERG, Shirley R.; KINCHELOE, Joe L. **Cultura Infantil**: a construção corporativa da infância. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Introdução. *In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 15-25.